



OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADE CIVIL E BOA-FÉ OBJETIVA NA PRÁTICA JURÍDICA

Hebert de Paula Giesteira Villela¹

1. INTRODUÇÃO

A formação jurídica contemporânea exige a superação de um ensino exclusivamente expositivo, voltado à memorização normativa, para incorporar experiências que articulem teoria, pesquisa acadêmica e intervenção social. Nesse contexto, a disciplina Projeto Integrador IV, ofertada no segundo semestre de 2025 para o 3º e 4º semestres do curso de Direito da UNIFAMMA, foi estruturada com foco no estudo das obrigações e da responsabilidade civil, com ênfase na boa-fé objetiva e em suas implicações práticas.

A disciplina, com carga horária de 40 horas, foi desenvolvida a partir de uma metodologia integradora, que combinou aulas teóricas, orientação sistemática para produção científica e atividade extensionista voltada à comunidade atendida pela clínica de odontologia e psicologia da instituição.

O objetivo geral consistiu em proporcionar aos discentes a compreensão teórico-prática dos fundamentos do Direito das Obrigações e da Responsabilidade Civil, desenvolvendo competências críticas, argumentativas e comunicacionais por meio de atividades acadêmicas e extensionistas.

Como objetivos específicos, buscou-se consolidar o domínio conceitual das obrigações jurídicas, aprofundar os fundamentos da responsabilidade civil subjetiva e objetiva, interpretar o princípio da boa-fé objetiva em situações concretas, estimular a produção científica e promover a difusão do conhecimento jurídico em linguagem acessível à sociedade.

¹ Doutor em Sociologia; Mestre em Ciências, Graduado em Direito e professor do curso de Direito da UNIFAMMA.



2. MARCO TEÓRICO

A disciplina foi estruturada a partir dos fundamentos clássicos do Direito das Obrigações, abordando a relação obrigacional como vínculo jurídico entre sujeitos determinados, envolvendo prestação economicamente apreciável e dotada de coercibilidade. Essa perspectiva permitiu compreender as obrigações como instrumento essencial para a organização das relações jurídicas privadas e para a estabilidade das relações sociais.

Foram trabalhadas as classificações das obrigações, suas modalidades, hipóteses de inadimplemento e formas de extinção, preparando a base teórica necessária para o estudo da responsabilidade civil enquanto mecanismo jurídico de recomposição de danos. A análise dessas categorias contribuiu para a compreensão da dinâmica das relações obrigacionais e dos efeitos decorrentes do descumprimento das prestações.

No campo da Responsabilidade Civil, analisaram-se seus pressupostos estruturantes — conduta, dano, nexa causal e culpa — bem como as distinções entre responsabilidade subjetiva e objetiva. Conferiu-se especial atenção à Teoria do Risco e às hipóteses de responsabilização estatal, destacando-se a evolução doutrinária e jurisprudencial acerca da ampliação da proteção à vítima e da função social da responsabilidade civil.

O princípio da Boa-fé objetiva foi estudado como cláusula geral estruturante do Direito Privado, com destaque para seus deveres anexos de lealdade, cooperação, transparência e confiança legítima. Essa abordagem dialogou com a doutrina de Judith Martins-Costa e com a evolução jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, evidenciando o papel da boa-fé como parâmetro interpretativo das relações obrigacionais e da responsabilidade civil.

A abordagem teórica esteve continuamente vinculada à análise de casos concretos, decisões judiciais e problemáticas sociais contemporâneas, reforçando a compreensão da responsabilidade civil como instrumento de equilíbrio social e promoção da justiça material. Dessa forma, o marco teórico buscou articular os



fundamentos tradicionais do Direito Civil com a realidade prática, destacando a função preventiva e reparatória da responsabilidade civil no contexto atual.

3. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

3.1 Primeiro Bimestre: Produção e Apresentação de Artigos Acadêmicos

O primeiro bimestre teve como eixo estruturante a produção científica, com ênfase na consolidação dos fundamentos do Direito das Obrigações e sua articulação com a responsabilidade civil. Após aulas introdutórias sobre elementos da obrigação, classificações e hipóteses de inadimplemento, foram realizadas orientações metodológicas específicas, contemplando normas da ABNT, estrutura do artigo acadêmico, delimitação do problema de pesquisa e construção argumentativa.

As orientações ocorreram de forma contínua nas datas previstas no cronograma, com momentos destinados ao esclarecimento de dúvidas, à revisão estrutural dos textos, à indicação de bibliografia complementar e à discussão sobre coerência lógica e rigor conceitual. Essa dinâmica permitiu acompanhamento sistemático do processo de escrita, favorecendo o aprimoramento progressivo dos trabalhos desenvolvidos.

Foram elaborados e apresentados cinco artigos acadêmicos: *Dignidade Humana e Violação da Identidade de Gênero: Reflexos na Responsabilidade Civil*; *A Dualidade da Reparação Civil no Transporte Aéreo Contratual: Entre Danos Emergentes e Lucros Cessantes à Luz da Boa-Fé Objetiva*; *Saúde Mental dos Policiais Militares e a Teoria do Risco Administrativo*; *Entre o Mínimo Existencial e a Reserva do Possível: A Responsabilidade Estatal no Fornecimento de Medicamentos de Alto Custo*; e *Análise Jurídico-Contratual da Geração de Energia Solar Fotovoltaica: Obrigações, Responsabilidade Civil e Relações de Consumo*. Os temas escolhidos possibilitaram a aplicação dos conteúdos teóricos a problemáticas contemporâneas, envolvendo direitos fundamentais, políticas públicas, relações contratuais complexas e impactos das novas tecnologias.

A apresentação dos artigos em sala de aula proporcionou o exercício da argumentação jurídica, da exposição oral estruturada e do debate crítico entre os



colegas, promovendo ambiente acadêmico colaborativo. Essa etapa também contribuiu para o desenvolvimento da capacidade de síntese, da clareza na comunicação e da defesa fundamentada das teses propostas.

Os trabalhos evidenciaram maturidade na aplicação dos fundamentos das obrigações e da responsabilidade civil a temas socialmente relevantes. Observou-se evolução significativa na capacidade de pesquisa, no domínio de jurisprudência atualizada e na articulação entre o princípio da boa-fé objetiva e o dever de indenizar. Dessa forma, o primeiro bimestre cumpriu seu objetivo formativo ao consolidar a escrita acadêmica como instrumento de reflexão crítica e produção de conhecimento jurídico.

3.2 Segundo Bimestre: Confecção e Apresentação de Banners à Comunidade

No segundo bimestre, a disciplina assumiu caráter extensionista por meio da elaboração de banners informativos com linguagem acessível, direcionados à comunidade atendida na clínica de odontologia e psicologia da UNIFAMMA. A proposta teve como objetivo promover a socialização do conhecimento jurídico e aproximar os conteúdos trabalhados em sala da realidade cotidiana da população.

Os subtemas abordados contemplaram: responsabilidade civil nas relações de consumo; responsabilidade por danos morais; responsabilidade civil do Estado; e responsabilidade por fake news e dano digital. A escolha dos temas considerou sua relevância social e a frequência com que essas situações surgem no cotidiano, possibilitando a aplicação prática dos fundamentos teóricos estudados ao longo da disciplina.

Inicialmente, os grupos apresentaram a versão digital dos banners em sala de aula, justificando as escolhas conceituais, a organização visual e as estratégias de comunicação adotadas. Esse momento permitiu a realização de ajustes quanto à clareza das informações, adequação da linguagem e precisão técnica dos conteúdos. Após a aprovação, os materiais foram confeccionados em formato físico para exposição.



Revista da Extensão

UNIFAMMA

Centro Universitário

As apresentações à comunidade ocorreram nos dias previstos em cronograma institucional, sendo realizadas diretamente aos pacientes que aguardavam atendimento nas clínicas. A atividade exigiu dos estudantes a tradução de conceitos jurídicos técnicos para uma linguagem clara e acessível, sem prejuízo da exatidão conceitual. Tal exercício contribuiu para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e para a compreensão do papel pedagógico do Direito.

Essa etapa revelou-se fundamental para o fortalecimento da responsabilidade social do futuro operador do Direito. Os estudantes passaram a compreender que o conhecimento jurídico não deve permanecer restrito ao ambiente acadêmico ou aos autos processuais, mas deve ser compartilhado com a sociedade de forma preventiva e orientadora.

A interação com o público evidenciou dúvidas recorrentes sobre danos morais, responsabilidade do Estado e direitos do consumidor, permitindo aos acadêmicos identificar lacunas de informação e reconhecer a importância da educação jurídica cidadã. Dessa forma, a atividade extensionista contribuiu para consolidar a aprendizagem, ao mesmo tempo em que reforçou a função social do Direito como instrumento de orientação e promoção da justiça.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida ao longo da disciplina evidenciou que a integração entre produção científica e atividade extensionista fortalece a formação jurídica de maneira mais abrangente e consistente quando comparada a modelos avaliativos exclusivamente tradicionais. A articulação entre pesquisa acadêmica e intervenção social permitiu aos estudantes não apenas aprofundar conteúdos teóricos, mas também compreender a aplicabilidade prática do Direito em contextos reais.

No primeiro bimestre, a elaboração dos artigos acadêmicos contribuiu para a consolidação de competências relacionadas à pesquisa jurídica, à escrita científica e à análise crítica. Os estudantes foram estimulados a investigar problemáticas contemporâneas, mobilizar fundamentos doutrinários e jurisprudenciais e estruturar argumentos com rigor metodológico. Esse processo favoreceu o desenvolvimento da



autonomia intelectual e a compreensão da responsabilidade civil sob múltiplas perspectivas.

No segundo bimestre, a atividade extensionista exigiu habilidades distintas e complementares, como capacidade de síntese, clareza comunicacional e sensibilidade social. A elaboração e apresentação dos banners à comunidade demandaram a tradução de conceitos jurídicos complexos para uma linguagem acessível, mantendo a precisão técnica. Essa etapa ampliou a percepção dos estudantes quanto ao papel social do Direito e à importância da educação jurídica preventiva.

Observou-se, ao longo da experiência, que os estudantes passaram a compreender a responsabilidade civil não apenas como técnica de indenização, mas como instrumento de proteção da dignidade humana, de promoção do equilíbrio contratual e de concretização da justiça distributiva. Essa mudança de perspectiva demonstrou o alcance formativo da disciplina, ao integrar fundamentos teóricos com problemáticas sociais concretas.

Também foram identificados desafios relevantes, especialmente no que se refere à transição da linguagem acadêmica para a linguagem acessível. Essa dificuldade revelou um aspecto pedagógico significativo: dominar o conteúdo jurídico constitui etapa essencial, porém insuficiente, sendo igualmente necessário desenvolver a capacidade de comunicá-lo de forma clara e socialmente compreensível. Assim, a experiência reforçou a importância de metodologias que estimulem não apenas a aprendizagem teórica, mas também a comunicação jurídica voltada à cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina Projeto Integrador IV atingiu seus objetivos ao articular uma base teórica consistente, produção científica qualificada e intervenção social concreta, promovendo uma formação jurídica mais ampla e integrada. A proposta pedagógica adotada permitiu aos estudantes desenvolverem competências acadêmicas e



profissionais, ao mesmo tempo em que refletiram sobre o papel social do Direito na contemporaneidade.

A experiência evidenciou que o ensino do Direito das Obrigações e da Responsabilidade Civil pode ultrapassar a lógica estritamente dogmática, assumindo caráter formativo voltado à cidadania, à ética e à função social do jurista. Ao relacionar conteúdos técnicos com problemáticas sociais reais, os estudantes passaram a compreender a responsabilidade civil não apenas como mecanismo de reparação, mas também como instrumento de equilíbrio social e promoção da justiça material.

A combinação entre produção de artigos acadêmicos e elaboração de materiais informativos direcionados à comunidade revelou-se estratégia pedagógica eficaz para consolidar o conhecimento, desenvolver autonomia intelectual e estimular o compromisso social. Enquanto a escrita científica fortaleceu a pesquisa e a argumentação jurídica, a atividade extensionista ampliou a capacidade comunicativa e reforçou a importância da educação jurídica acessível.

Dessa forma, conclui-se que a integração entre ensino, pesquisa e extensão contribui significativamente para a formação de profissionais mais críticos, reflexivos e socialmente responsáveis. Recomenda-se, portanto, a continuidade de práticas pedagógicas integradoras que aliem rigor técnico, produção acadêmica e diálogo com a comunidade, fortalecendo uma formação jurídica humanizada, comprometida com a cidadania e alinhada às demandas contemporâneas do sistema jurídico e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 set. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência consolidada sobre responsabilidade civil e boa-fé objetiva**. Brasília: STJ, diversos julgados.



BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudência sobre responsabilidade civil do Estado e direitos fundamentais**. Brasília: STF, diversos julgados.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de responsabilidade civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2023.